



QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Obra.....: ILUMINAÇÃO PONTE RIO MACHADO

Assunto: Exigência de qualificação técnica de acordo com o Art. 30 da Lei 8.666/93.

Senhor Coordenador,

1. Em atendimento a Qualificação Técnica, ha de ser observada, a condição da qualificação do profissional pelo Art. 30, “§ 1º, inciso I, e o(s) atestado(s) de capacidade(s) técnica pelo Art. 30, inciso II, em consonância com a jurisprudência do TCU.

Para atendimento a esta problematização temos várias estratégias dentre as quais temos:

Condição 01:

- Exigência de serviços de Infraestrutura/Estrutura: ex. concreto;est. Metálica, cobertura e etc.;
- Exigência de serviços de tecnologia embarcada: Grupos Geradores, Transformadores, climatização, sistemas elétricos e etc.;
- Exigência de serviços de acabamento: Revestimentos (relativo à relevância da composição estética da edificação).

Condição 02:

- Delimitação da obra (suas características e áreas), descrição do objeto para a definição de similaridades;
- Busca de itens mais significativos no cronograma e os serviços de maiores relevância e significância dentro da Análise de Pareto (curva ABC).

Comentários gerais:

Contudo dentro de cada caso concreto podemos ter itens de relevância (importância/técnica), mais não significativo (valor/econômico).

Bem como temos em uma obra serviços relevantes/significativos que são naturalmente subcontratados devido ao seu nível de especialização, como por exemplo: elevadores panorâmicos, sistema de climatização central, urdimentos do teatro; equipamentos cenotécnicos do palco e plateia. Para tais serviços não é cabível exigir a qualificação na fase de licitação, esta exigência somente deve ser feita na fase de contratação dos respectivos serviços, em tese.

2. Da Legislação

Conforme se depreende do art. 30 da Lei n. 8.666/93, a comprovação dever ser feita por meio da apresentação de atestado ou certidões, na hipótese tanto de obras e serviços quanto de fornecimento de bens. O inciso II do referido artigo assim descreve:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
[...]

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
[...]

“§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais. competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)”

“I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, **detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes**, limitadas estas exclusivamente às **parcelas de maior relevância e valor significativo** do objeto da licitação, **vedadas** as exigências de **quantidades mínimas** ou prazos máximos;(Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)” [grifei]

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU, em regra é conservadora no sentido de que a exigência técnico-operacional se limite a 50% do objeto contratado:

“1 – É ilícita a exigência de número mínimo de atestados de capacidade técnica, assim como a fixação de quantitativos mínimo nesses atestados superior a 50% dos quantitativos dos bens ou serviços pretendidos, a não ser que a especificidade do objeto recomende o estabelecimento de tais requisitos.” Acórdão n.º 1.052/2012-Plenário, TC 004.871/2012-0, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, 2.5.2012.

Outras jurisprudências do TCU

A habilitação técnico-operacional só pode ser exigida de licitantes para demonstração da capacidade de execução de parcelas do objeto a ser contratado que sejam, cumulativamente, de maior relevância e de maior valor.

[Acórdão n.º 2992/2011-Plenário, TC-008.543/2011-9, rel. Min. Valmir Campelo, 16.11.2011.](#)

Em obras aeroportuárias a exigência de qualificação técnica deve-se limitar, nas situações ordinárias, à demonstração de expertise na execução de obras similares ou equivalentes, em respeito ao comando contido no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93

[Acórdão n.º 2992/2011-Plenário, TC-008.543/2011-9, rel. Min. Valmir Campelo, 16.11.2011.](#)

Para a realização de parcela da obra aeroportuária que seja técnica e materialmente relevante e que, por sua especialidade, seja normalmente subcontratada, deve-se proceder ao parcelamento do objeto a ser a ser licitado ou, se isso não for viável, deve-se admitir a participação de consórcios na licitação.

[Acórdão n.º 2992/2011-Plenário, TC-008.543/2011-9, rel. Min. Valmir Campelo, 16.11.2011.](#)

Não é cabível a exigência de atestados de capacitação técnica visando à comprovação de experiência para a execução de serviços técnica e materialmente relevantes, passíveis de serem executados apenas por poucas empresas, e que, por circunstância de mercado, já se saiba de antemão que serão subcontratados.

[Acórdão n.º 2992/2011-Plenário, TC-008.543/2011-9, rel. Min. Valmir Campelo, 16.11.2011.](#)

No caso de subcontratação de parcela da obra para a qual houve solicitação de atestados de qualificação técnica na licitação, ou na hipótese de não terem sido exigidos atestados por se tratar de serviço usualmente prestado por limitadíssimo número de empresas, a



contratada original deve exigir da subcontratada comprovação de capacidade técnica, disposição essa que deve constar, necessariamente, do instrumento convocatório.

Acórdão n.º 2992/2011-Plenário, TC-008.543/2011-9, rel. Min. Valmir Campelo, 16.11.2011.

3. Da Análise

Com base no acima exposto e nas informações dos autos, sobre a obra os serviços de maior significância (valor) e relevância (técnica) temos:

QUADRO RESUMO DOS ELEMENTOS DO OBJETO: CRONOGRAMA E CURVA ABC.

| Descrição | Unid. | Qtde | Valor (%) |
|--|-------|------|-----------|
| POSTE DE ILUMINAÇÃO AUTÔNOMA | UND | 7,00 | 41,78% |
| POSTE DE ILUMINAÇÃO AUTÔNOMA FLANGEADO | UND | 6,00 | 33,12% |
| PINTURA DAS FAIXAS RETRORREFLEXIVAS | M2 | 5,00 | 0,78% |

Avaliação de serviços semelhantes com quantidades entre 20% e 50% do programa do objeto em licitação.

| Descrição | Unid. | Qtde | |
|---|-------|------|-----|
| MONTAGEM POSTE DE ILUMINAÇÃO AUTÔNOMA ENGASTADO, COM BASE PROTEGIDA POR TUBO DE CONCRETO PREENCHIDO, CONFORME DETALHE "01-PE" | UND | 2,00 | 20% |
| MONTAGEM POSTE DE ILUMINAÇÃO AUTÔNOMA FLANGEADO, FIXADO COM CHUMBADOR QUÍMICO, CONFORME DETALHE "01-PF" | UND | 2,00 | 20% |
| PINTURA DAS FAIXAS RETRORREFLEXIVAS NOS TUBOS DE CONCRETO, CONFORME DETALHES "03 SN" | M2 | 1,00 | 20% |

Resposta

Com base na letra da lei e nas limitações da jurisprudência do TCU, reapresenta-se a seguinte redação com as qualificações e quantidades mínimas:

Da qualificação técnica para os acervos dos profissionais:

“b) Acervo técnico do(s) profissional(is) Engenheiro Eletricista ou Tecnólogo em Sistemas elétricos em, que será (ao) o (s) profissional (is) responsável (is) técnico (s) pela obra, comprovando a execução de obras ou serviços de Extensão de Rede de Médio e Baixa Tensão, de características semelhantes ao objeto da licitação, quais sejam:

- ✓ Execução de Estrutura N1 em Poste de Concreto Duplo T-12/400;
- ✓ Execução de Medição Acoplada a Poste Metálico de 9 metros;
- ✓ Execução de Estrutura S1-T PR em Poste de Concreto Duplo T-12/400;
- ✓ Execução de Estrutura N3/N3 em Poste de Concreto Duplo T-12/400.

...

Da qualificação técnica, para os atestados das empresas:

“d) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove "aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos



trabalhos", conforme item II disposto no artigo 30 da Lei n.8666/1993. Os serviços deverão demonstrar experiência em execução em obra com as seguintes características:"

- Execução de 5 (Cinco), Conjuntos de Estrutura N1 em Poste de Concreto Duplo T-12/400, numa mesma obra;
- Execução de 6 (Seis), Conjuntos de Medição Acoplada a Poste Metálico de 9 metros, numa mesma obra;
- Execução de 1 (Um), Conjunto de Estrutura S1-T PR em Poste de Concreto Duplo T-12/400, numa mesma obra;
- Execução de 1 (um), conjunto de estrutura N3/N3 em poste de concreto duplo T-12/400, numa mesma obra.

Admitindo somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos, mas desde que não sofra descontinuidade. Os atestados serão aceitos somente quando constarem o Número e o acompanhamento da respectiva ART que lhe deu origem

Redação a ser avaliada pela comissão.

4. Conclusão

Conforme o acima exposto apresenta-se uma proposta de redação para o item de qualificação técnica para a referida obra.

Apresento o relatório para conhecimento, avaliação e tomada de decisão pela equipe técnica de arquitetura/engenharia e comissão.

Porto Velho/RO, 20 de Julho de 2021.

João Henrique Lacerda Melo Lima
Engenheiro civil – CREA 10128 –D/RO
Mat: 300133311



Bibliografia/Glossário

A **curva de experiência ABC**, também conhecida como **Análise de Pareto**, ou **Regra 80/20**, é um estudo que foi desenvolvido por Joseph Moses Juran, um importante consultor da área da qualidade que identificou que 80% dos problemas são geralmente causados por 20% dos fatores. O nome “Pareto” vem de uma homenagem ao economista italiano Vilfredo Pareto, que em seu estudo observou que 80% da riqueza da Itália estava na mão de 20% da população. E boa parte do entendimento da Curva ABC se deve à análise desenvolvida por Pareto.

A **Curva ABC** recebeu este nome em decorrência da metodologia utilizada, veja a explicação detalhada abaixo:

- de **Classe A**: de maior importância, valor ou quantidade, correspondendo a 20% do total;
- de **Classe B**: com importância, quantidade ou valor intermediário, correspondendo a 30% do total;
- de **Classe C**: de menor importância, valor ou quantidade, correspondendo a 50% do total.

<http://www.sobreadministracao.com/o-que-e-e-como-funciona-a-curva-abc-analise-de-pareto-regra-80-20/>